

## **Interfaces políticas, representação e participação: o caso do Conselho de Comunicação Social<sup>1</sup>**

Deborah Rebello Lima<sup>2</sup>

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **RESUMO**

A participação social no cenário de Comunicação é ambiente de disputas de protagonismo. De fato, ainda há muito o que se debruçar sobre o conceito de sociedade civil e esta pesquisa, entre outras questões, foca na estrutura de representação e participação contida no Conselho de Comunicação Social. Por meio da análise da estrutura operativa do conselho e do perfil dos conselheiros, almeja-se construir a rede de pessoas e instituições em um primeiro movimento de vasculha das forças de poder presentes no espaço. Ancorado nos debates da Economia Política da Comunicação e da Cultura, vincula-se ao olhar da micropolítica dos processos e disputas sociais.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Participação Social; Conselho de Comunicação Social; Economia Política da Comunicação

Historicamente, na Comunicação, o desenvolvimento de políticas governamentais esteve prioritariamente focado na criação de infraestrutura para o desenvolvimento de meios, não necessariamente tensionando as formas de produção e a democratização das mesmas (RAMOS; SANTOS, 2007). O papel do Estado foi direcionado para fornecer alicerces para a exploração econômica do campo por grupos privados. A visão de Comunicação como um elemento de infraestrutura e necessário para o desenvolvimento do país foi a tônica mais evidente, afastando-se da dimensão simbólica. Criou-se a percepção de Comunicação como um serviço público, mas operado privadamente mediante autorização do Estado.

Zallo (2011) defende que, historicamente, as políticas do campo possuem três períodos: o primeiro deles é o protagonismo estatal como agente que regula, ordena e “garante” (grifo meu) a vontade da maioria dos cidadãos, fundamentando um modelo de alta intervenção em prol da valorização de identidades nacionais; o segundo momento dá conta do fortalecimento do poderio mercadológico, em outro instante em que Comunicação e Cultura foram rapidamente capturadas como valorosas fontes de geração de divisas, tornando-se espécies de *commodities* a serem exploradas; o terceiro elo a ser

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do 22º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 08 a 10 de junho de 2023.

<sup>2</sup> Docente no Departamento de Artes, Universidade Federal do Paraná, e-mail: deborahrebello@ufpr.br

ponderado se vincula à participação da sociedade civil, especialmente, em contextos mais recentes, para questionar os sistemas de produção e o desenvolvimento de novas formas de representação. Estas distintas “camadas” propostas por Zallo contribuem para o anseio desta pesquisa em compreender melhor as transformações na estrutura de operação e tratamento governamental na área de Comunicação, pontuando como tem se dado: a influência e a presença governamental, os interesses mercadológicos difusos, as disputas da sociedade civil por protagonismo e a possibilidade de garantia e exercício de direito à Comunicação de forma mais democrática e inclusiva.

Com isso, debruçar-se sobre debate é observar em alguma medida também o histórico de organização do campo e do setor. Afinal, o Conselho de Comunicação Social (CCS) foi criado em 1988, sob a égide da participação social e da Constituição Cidadã. O CCS, originalmente, foi pensado como um aparato de regulação autônoma em relação ao Ministério das Comunicações. O Conselho era visto como um elemento para a criação de um novo modelo institucional mais “republicano” para o campo da comunicação. No entanto, diante da conturbada discussão da temática na constituinte, acabou tornando-se “órgão auxiliar do Congresso Nacional”, como remonta Murilo Cesar Ramos (2005).

A efetiva regulamentação do Conselho ocorreu três anos depois, com a promulgação da Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Atribuindo competências tímidas ao órgão que fora pensado como espaço de manifestação da sociedade civil na garantia da comunicação como um direito. Na prática, a capacidade deliberativa e decisória do Conselho foi severamente comprometida, renegando-o ao “auxílio” ao Congresso sobre temáticas relativas à Comunicação.

Contudo, nem mesmo sua tardia regulamentação e definição de atividades foi garantia de uma estrutura de trabalho. O Conselho manteve-se como “espaço vazio” até o ano de 2002, quando ocorreu sua concreta instalação, na posse dos treze membros titulares do Conselho, para um mandato de dois anos. No entanto, vacâncias ocorreram novamente no período.

Tendo este contexto, colocam-se em disputa as noções de políticas de comunicação (RAMOS; SANTOS, 2007); almejando perceber como seus históricos, disputas de força e processos decisórios distintos podem apontar para posturas governamentais diversas. No campo da comunicação, considera-se que os desenhos conflituosos de política empreendidos, na primeira década dos anos 2000, foram

marcados pela disputa entre grupos empresariais e a tensão com a sociedade civil (a própria luta pela realização da CONFECON-2009 é um exemplo importante). O período histórico analisado na pesquisa coloca em debate, em que medida as políticas de comunicação (realizadas entre 2015-2025) mudaram sensivelmente essa relação mercado-sociedade e/ou mesmo conceitos fundamentais para a reflexão de políticas públicas do setor, tais como: Interesse Público, Comunicação, Censura, Liberdade de Expressão, Estado, entre outros.

Este artigo foca especificamente na observação da participação social neste que pode ser considerado o principal espaço de escuta: o Conselho de Comunicação Social. A análise estabelece a leitura de que os Conselhos podem ser compreendidos como espaços essencialmente comunicacionais, como o cenário da disputa de percepções; uma arena de alto enfrentamento entre visões dissonantes e apresenta a possibilidade de percepção de conflitos, sobreposições de leituras etc. Por outro lado, questiona inclusive a noção de representação e o lugar de fala de cada um dos representantes à medida que direciona uma leitura dialógica e interacional dos discursos construídos pelos participantes destes espaços. O CCS é historicamente um ambiente de disputa pela sua própria existência, é importante analisar, nas suas estruturas de operação, como se deu a ocupação do espaço pela sociedade civil.

Defende-se que um alicerce teórico relevante são os debates da Economia Política da Comunicação e da Cultura - EPCC, especialmente, na problematização das políticas empregadas e da interlocução com a estrutura regulatória, o papel do Estado e as formas de escuta da sociedade civil. Aposta-se no olhar proposto por inúmeros autores, entre eles, Nicholas Garham (1979), que defende que observar as interações entre Comunicação e Cultura é também refletir sobre as transformações do capitalismo contemporâneo. É também potente o que Suzy dos Santos (2008) denominou como virada cíclica da EPCC que configura o aporte como um lugar fundamental para lidar com desregulamentações do setor, mudanças na economia política global e (grifo meu) transformações político-institucionais ocorridas no país.

A análise empreendida até o momento pondera em que medida os sujeitos que ocupam (e ocuparam ao longo de sua existência) o referido Conselho ilustram (ou não) a multiplicidade identitária de nossa sociedade e os múltiplos interesses socioeconômicos que possuímos. Questionamos, com isso, a performatividade sociopolítica destes agentes

em um espaço de apreciação de temas vinculados à construção de políticas para o setor, se ampliada ou focada em setores econômicos determinados. Apoiamos, neste sentido, também as reflexões propostas por Nancy Fraser (2001) para ponderar a ocupação destes espaços e mesmo a estrutura apresentada pelo próprio CCS. Considera-se que observar os meandros e particularidades da participação social em nossa setorial dialoga de maneira evidente com as políticas públicas desenhadas (ou não), bem como com a estrutura regulatória do setor. Tais movimentos governamentais influenciam diretamente da potencialidade do exercício do direito à comunicação e precisam ser debatidos em profundidade.

## REFERÊNCIAS

- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- GARNHAM, Nicholas. **Contribution to a political economy of mass-communication**. London: SAGE, 1979.
- RAMOS, Murilo Cesar. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In DEMELO, J. Marques; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007, pp.19-48.
- RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTOS, Suzy dos. Get back to where you once belonged: alvorada, o caso e renascimento da Economia Política da Comunicação. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson. **Economia Política da Comunicação: Interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- ZALLO, R. **Estructuras de la comunicación y de la cultura: políticas para la era digital**. Barcelona: Gedisa, 2011.